

A Economia Brasileira

Nível de atividade

A retração registada na economia brasileira em 2015 repercutiu, em especial, os impactos negativos da crise de confiança dos agentes económicos e do processo, ainda em curso, de ajuste macroeconómico no país. Esse cenário foi intensificado pelos recorrentes eventos não-económicos observados no período recente.

Nesse ambiente, o PIB recuou 3,8% no ano, trajetória determinada pelos desempenhos negativos da indústria e do setor de serviços, que detém maior participação na composição do agregado. A agropecuária, evidenciando o impacto da safra de grãos recorde observada no país, exerceu contribuição positiva para a evolução anual do PIB em 2015.

No âmbito dos componentes da demanda, a retração do consumo das famílias foi compatível com os impactos da distensão do mercado de trabalho e do aumento da inflação, enquanto o recuo, pelo segundo ano consecutivo, da FBCF evidenciou o recuo da confiança dos empresários do setor industrial no cenário de incertezas quanto à trajetória das economias do país e mundial.

Os índices de preços ao consumidor aceleraram em 2015, evolução associada, em grande parte, aos efeitos de dois importantes processos de ajustes de preços relativos na economia – realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacionais e realinhamento dos preços administrados em relação aos livres. Nesse contexto, a variação do IPCA, calculado pelo IBGE, atingiu 10,67%, situando-se acima do intervalo estipulado pelo CMN no âmbito do regime de metas para a inflação.

Produto Interno Bruto

O PIB recuou 3,8% em 2015, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais (CNT) do IBGE. O PIB a preços de mercados atingiu R\$5,904 bilhões.

A análise pela ótica da demanda indica que o componente doméstico contribuiu com -6,5 p.p. para a evolução anual do PIB, resultado decorrente de recuos na FBCF (14,1%), no consumo das famílias (4,0%) e no consumo do governo (1,0%). A contribuição do setor externo, repercutindo variações de 6,1% nas exportações e de -14,3% nas importações, atingiu 2,7 p.p.

Quadro 1.1 – PIB a preços de mercado

Ano	A preços de 2015 (R\$ milhões)	Variação real (%)	Deflator implícito (%)	A preços correntes ^{1/} (US\$ milhões)	População (milhões)	PIB <i>per capita</i>		
						A preços de 2015 (R\$)	Variação real (%)	A preços correntes ^{1/} (US\$)
2000	3 916 915	4,4	5,6	655 707	173447,4	22 583	---	3 780
2001	3 971 356	1,4	8,2	559 563	175894,6	22 578	0,0	3 181
2002	4 092 620	3,1	9,8	508 101	178288,0	22 955	1,7	2 850
2003	4 139 310	1,1	14,1	559 465	180627,5	22 916	-0,2	3 097
2004	4 377 733	5,8	7,8	669 340	182913,0	23 933	4,4	3 659
2005	4 517 914	3,2	7,4	892 033	185144,4	24 402	2,0	4 818
2006	4 696 913	4,0	6,8	1 107 131	187321,7	25 074	2,8	5 910
2007	4 982 009	6,1	6,4	1 396 797	189444,8	26 298	4,9	7 373
2008	5 235 803	5,1	8,8	1 693 147	191513,6	27 339	4,0	8 841
2009	5 229 215	-0,1	7,3	1 672 625	193528,1	27 020	-1,2	8 643
2010	5 622 882	7,5	8,4	2 209 751	195488,1	28 763	6,5	11 304
2011	5 842 693	3,9	8,3	2 612 855	197393,7	29 599	2,9	13 237
2012	5 954 755	1,9	7,8	2 459 022	199244,8	29 887	1,0	12 342
2013	6 134 207	3,0	7,4	2 461 436	201041,2	30 512	2,1	12 243
2014	6 140 597	0,1	6,9	2 415 916	202782,9	30 282	-0,8	11 914
2015	5 904 331	-3,8	8,0	1 768 770	204469,8	28 876	-4,6	8 651

Fonte: IBGE

1/ Estimativa do Banco Central do Brasil, obtida pela divisão do PIB a preços correntes pela taxa média anual de câmbio de compra.

No âmbito da oferta, destacou-se o crescimento anual de 1,8% na produção agropecuária, favorecida pelo desempenho das lavouras de soja, arroz, milho e cana-de-açúcar. Em sentido oposto, ocorreram recuos de 2,7% no setor de serviços, com ênfase nas retrações nas atividades comércio (8,9%), transporte, armazenagem e correio (6,5%) e outros serviços (2,8%), e de 6,2% na produção do setor industrial, reflexo de reduções na indústria de transformação (9,7%), na construção civil (7,6%) e na produção e distribuição de eletricidade, gás e água (1,4%) e de expansão de 4,9% na indústria extrativa mineral.

A análise da evolução do PIB, na margem, considerando dados dessazonalizados do IBGE, indica que o agregado recuou nos quatro trimestres do ano. A retração de 1,2% observada no primeiro trimestre de 2015, em relação ao último trimestre de 2014, refletiu, sob a ótica da oferta, recuos na indústria (1,2%) e no setor de serviços (1,1%), e expansão de 4,9% na agropecuária, favorecida pelo dinamismo das lavouras de soja, milho e arroz.

Quadro 1.2 – Taxas reais de variação do PIB – Ótica do produto

Percentual			
Discriminação	2013	2014	2015
PIB	3,0	0,1	-3,8
Setor agropecuário	8,4	2,1	1,8
Setor industrial	2,2	-0,9	-6,2
Extrativa mineral	-3,0	8,6	4,9
Transformação	3,0	-3,9	-9,7
Construção	4,5	-0,9	-7,6
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1,6	-2,6	-1,4
Setor serviços	2,8	0,4	-2,7
Comércio	3,4	-1,2	-8,9
Transporte, armazenagem e correio	2,6	2,1	-6,5
Serviços de informação	4,0	4,7	-0,3
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos	2,2	0,4	0,2
Outros serviços	1,6	0,4	-2,8
Atividades imobiliárias e aluguel	4,8	0,9	0,3
Administração, saúde e educação públicas	2,2	-0,1	0,0

Fonte: IBGE

Sob a ótica da demanda, ocorreram recuos em todos os componentes domésticos: FBCF (3,9%), consumo das famílias (2,6%) e consumo do governo (0,5%). No âmbito do setor externo, as exportações variaram 12,6% e as importações, -1,2%.

Quadro 1.3 – Taxas reais de variação do PIB – Ótica da despesa

Percentual			
Discriminação	2013	2014	2015
PIB	3,0	0,1	-3,8
Consumo das famílias	3,5	1,3	-4,0
Consumo do governo	1,5	1,2	-1,0
Formação Bruta de Capital Fixo	5,8	-4,5	-14,1
Exportações	2,4	-1,1	6,1
Importações	7,2	-1,0	-14,3

Fonte: IBGE

O PIB recuou 2,0% no segundo trimestre do ano, em relação ao trimestre anterior, maior contração nessa base de comparação desde o quarto trimestre de 2008. Sob a ótica da produção, houve retração nos setores primário (3,7%), secundário (3,7%) e terciário (1,0%). Ressalte-se que a contração da atividade industrial, a maior desde o primeiro trimestre de 2009, resultou de retrações na construção civil (6,4%), na indústria de transformação (4,3%) e na produção, distribuição de eletricidade, gás e água (1,7%).

No âmbito da demanda, a FBCF decresceu 7,2% e o consumo das famílias, 2,1%, enquanto o consumo do governo aumentou 0,3%. O setor externo, evidenciando

crescimento de 3,4% nas exportações e queda de 7,8% nas importações, contribuiu de forma positiva para a evolução do PIB no trimestre.

O recuo de 1,6% do PIB no terceiro trimestre de 2015 refletiu, sob a ótica da produção, reduções na agropecuária (3,2%), na indústria (2,0%) e no setor de serviços (1,0%).

Em relação ao componente doméstico da demanda, ocorreram variações de -1,6% no consumo das famílias, 0,3% no consumo do governo e -3,9% na FBCF. No âmbito do setor externo as exportações e importações variaram -2,3% e -6,9%, respectivamente, no trimestre.

O PIB decresceu 1,3% no quarto trimestre do ano, em relação ao terceiro trimestre. O resultado refletiu, sob a ótica da produção, crescimento de 2,9% do setor agrícola e recuos de 1,6% na indústria e de 1,5% no setor de serviços.

Em relação à demanda doméstica, houve recuos respectivos de 0,9%, 2,9% e 4,8% no consumo das famílias, no consumo do governo e na FBCF. O componente externo registrou variações de 0,1% nas exportações e de -5,5% nas importações.

Quadro 1.4 – PIB – Variação trimestre/trimestre imediatamente anterior com ajuste sazonal

Discriminação	2015			
	I	II	III	IV
PIB a preço de mercado	-1,2	-2,0	-1,6	-1,3
Ótica do produto				
Agropecuária	4,9	-3,7	-3,2	2,9
Indústria	-1,2	-3,7	-2,0	-1,6
Serviços	-1,1	-1,0	-1,0	-1,5
Ótica da despesa				
Consumo das famílias	-2,6	-2,1	-1,6	-0,9
Consumo do governo	-0,5	0,3	0,3	-2,9
Formação Bruta de Capital Fixo	-3,9	-7,2	-3,9	-4,8
Exportações	12,6	3,4	-2,3	0,1
Importações	-1,2	-7,8	-6,9	-5,5

Fonte: IBGE

Quadro 1.5 – PIB – Valor corrente, por componente

Em R\$ milhões

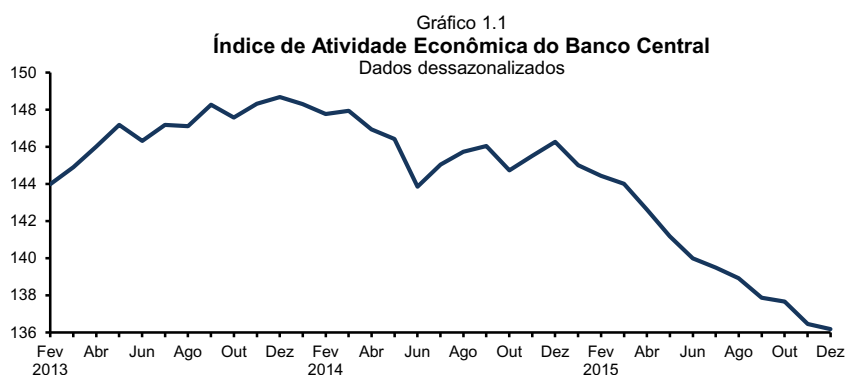
Discriminação	2012	2013	2014	2015
Produto Interno Bruto a preços de mercado	4 805 913	5 316 455	5 687 309	5 904 331
Ótica do produto				
Setor agropecuário	200 695	240 290	254 759	263 626
Setor industrial	1 064 812	1 131 810	1 169 169	1 149 415
Setor serviços	2 819 905	3 166 496	3 454 007	3 642 326
Ótica da despesa				
Consumo final	3 842 293	4 283 830	4 656 157	4 934 256
Consumo das famílias	2 949 664	3 276 050	3 547 428	3 741 855
Consumo da administração pública	892 629	1 007 780	1 108 729	1 192 401
Formação Bruta de Capital	1 029 062	1 155 332	1 186 631	1 045 771
Formação Bruta de Capital Fixo	995 644	1 113 772	1 147 423	1 072 458
Varição de estoques	33 418	41 560	39 208	- 26 687
Exportação de bens e serviços	563 474	620 077	636 230	770 084
Importação de bens e serviços (-)	628 916	742 784	791 709	845 779

Fonte: IBGE

Índice de atividade econômica do Banco Central

O Índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br), indicador de periodicidade mensal, disponível a partir de janeiro de 2003, incorpora a trajetória de variáveis consideradas como proxies para o desempenho da economia. Seu cálculo incorpora a produção estimada para os três setores da economia – agropecuária, indústria e serviços – acrescida dos impostos sobre produtos, estimados a partir da evolução da oferta total (produção mais importações). A aderência do indicador ao PIB ratifica a importância de seu acompanhamento para melhor compreensão da atividade econômica, contribuindo, portanto, para a elaboração da estratégia de política monetária. O IBC-Br recuou 4,3% em 2015 (-0,3% em 2014). A análise na margem, considerados dados dessazonalizados, revela retrações respectivas de 0,7%, 2,2%, 1,8% e 1,4% no primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres de 2015¹.

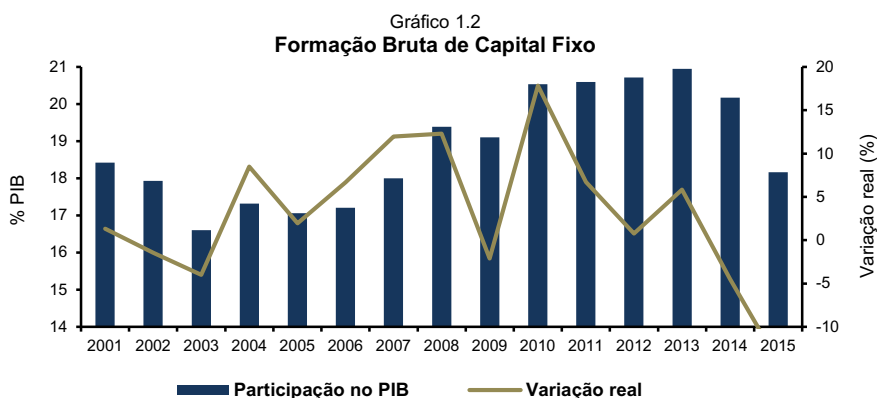
1/ Foi considerada a série do IBC-Br com metodologia atualizada para refletir os aperfeiçoamentos metodológicos do Sistema de Contas Nacionais – Referência 2010 e a incorporação de novos indicadores, notadamente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS). A série do IBC-Br com a nova metodologia foi divulgada em 31 de março de 2016.



Fonte: Banco Central do Brasil

Investimentos

Os investimentos, excluindo as variações de estoques, recuaram 14,1% em 2015, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, após variarem -4,5% em 2014 e 5,8% em 2013.



Fonte: IBGE

A absorção de bens de capital recuou 25,1% no ano, resultado de variações respectivas de -25,5%, -1,1% e -18,2% na produção, exportação e importação desses bens. A retração da produção repercutiu, em especial, os recuos nas produções de peças agrícolas (22,2%), de equipamentos de transporte (16,5%) e de bens de capital para a construção (10,1%).

A produção de insumos típicos da construção civil recuou 12,9% em 2015 (-5,7% em 2014), resultado consistente com o cenário de redução de confiança dos agentes econômicos.

Os desembolsos do sistema BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e BNDES

Quadro 1.6 – Formação Bruta de Capital (FBC)

Ano	Participação na FBC			Variação de estoques	A preços correntes	
	Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)				FBCF/PIB	FBC/PIB
	Construção civil	Máquinas e equipamentos	Outros			
2011	47,6	35,9	10,9	5,6	20,6	21,8
2012	50,5	35,2	11,1	3,2	20,7	21,4
2013	49,3	36,5	10,6	3,6	20,9	21,7
2014	50,6	34,1	12,0	3,3	20,2	20,9
2015	57,0	31,3	14,3	-2,6	18,2	17,7

Fonte: IBGE

Quadro 1.7 – Produção de bens de capital selecionados

Discriminação	Participação percentual ^{1/}	Variação percentual		
		2013	2014	2015
Bens de capital	100,0	12,2	-9,3	-25,4
Industrial	30,0	-2,7	-4,2	-5,0
Seriados	22,7	-0,8	-8,6	-7,4
Não seriados	7,3	-8,6	10,8	1,5
Agrícolas	7,5	14,5	-8,1	-23,8
Peças agrícolas	1,1	30,2	-19,1	-23,5
Construção	4,7	21,9	-9,6	-43,9
Energia elétrica	5,8	0,0	2,5	-14,0
Transportes	40,6	15,5	-16,5	-30,7
Misto	10,4	-1,0	-1,4	-27,5

Fonte: IBGE

^{1/} Corresponde à participação estimada para 2010.

Participações S.A. (BNDESpar) – totalizaram R\$135,9 bilhões em 2015. A redução anual de 27,6% repercutiu retrações nos desembolsos para os segmentos indústria extrativa (43,0%), comércio e serviços (29,5%), indústria de transformação (25,3%) e agropecuária (18,3%), que representaram, na ordem, 1,3%, 62,8%, 25,9% e 10,1% dos desembolsos anuais totais.

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada como indexador de financiamentos contratados junto ao sistema BNDES, passou de 5,0% a.a., ao final de 2014, para 5,5% a.a., em janeiro de 2015; 6,0% a.a., em abril; 6,5% a.a., em julho; e 7,0% a.a. em outubro.

Quadro 1.8 – Desembolsos do Sistema BNDES^{1/}

Em R\$ milhões

Discriminação	2013	2014	2015
Total	190 419	187 837	135 942
Por setor			
Indústria de transformação	53 960	47 038	35 153
Comércio e serviços	113 741	120 996	85 354
Agropecuária	18 662	16 775	13 710
Indústria extrativa	4 056	3 027	1 725

Fonte: BNDES

1/ Compreende o BNDES, a Finame e o BNDESpar.

Indicadores da produção industrial

A produção física da indústria recuou 8,2% em 2015, segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE (-3,0% em 2014 e 2,1% em 2013). Houve expansão de 3,9% da produção da indústria extrativa e recuo de 9,8% na da indústria de transformação. A análise na margem, considerados dados dessazonalizados, indica que a produção industrial registrou recuos respectivos de 2,4%, 2,8%, 3,4% e 3,7% nos quatro trimestres do ano.

Quadro 1.9 – Produção industrial

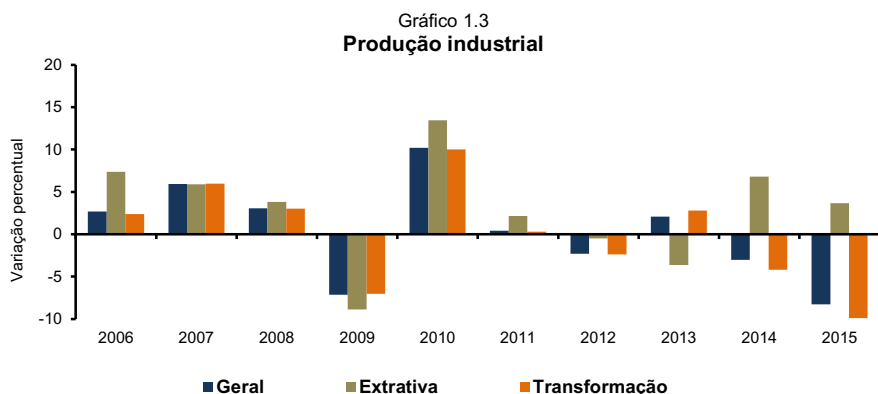
Discriminação	Variação percentual		
	2013	2014	2015
Total	2,1	-3,0	-8,3
Por categorias de uso			
Bens de capital	12,2	-9,3	-25,5
Bens intermediários	0,4	-2,4	-5,2
Bens de consumo	2,6	-2,3	-9,5
Duráveis	4,4	-9,1	-18,7
Semi e não duráveis	2,0	-0,1	-6,8

Fonte: IBGE

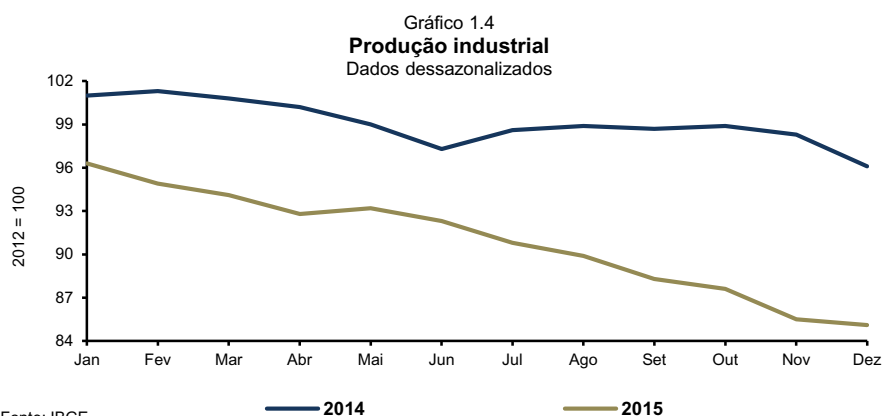
A segmentação por categorias de uso mostrou que a produção da indústria de bens de capital contraiu 25,4% em 2015 (veículos automotores, -43,7%; produtos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, -34,0%; máquinas e equipamentos, -21,2%). A produção de bens intermediários recuou 5,2% (veículos automotores, -20,7%; produtos têxteis, -15,2%; e produtos de metal, -13,9%).

A indústria de bens de consumo duráveis apresentou retração de 18,7% (equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, -27,8%; veículos automotores, -19,4%;

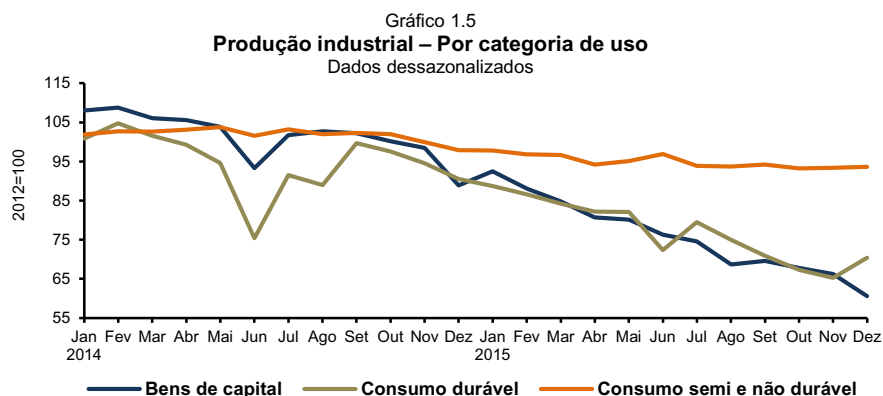
e outros equipamentos de transporte, -16,2%). A produção de bens de consumo semi e não duráveis recuou 6,7% em 2015 (impressão e reprodução de gravações, -16,1%; farmoquímicos e farmacêuticos, -14,0%; produtos têxteis, -12,0%).



Fonte: IBGE



Fonte: IBGE



Fonte: IBGE

Houve recuo na produção em todos os 25 segmentos considerados na PIM-PF², ressaltando-se os registrados nas indústrias de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, 30,2%; veículos automotores, 25,9%; impressão e reprodução

2/ A produção de cada atividade está classificada, de modo geral, em mais de uma categoria de uso.

de gravações, 16,5%; móveis, 14,7%; máquinas e equipamentos, 14,6%; e produtos têxteis, 14,5%. A produção de alimentos, atividade com maior peso na indústria, diminuiu 2,1% em 2015.

A produção industrial retraiu em onze das catorze unidades federativas pesquisadas pelo IBGE (Amazonas, -16,8%; Rio Grande do Sul, -11,9%; São Paulo, -11,0%; Espírito Santo, 4,4%; Pará, 3,6%; Mato Grosso, 2,2%).

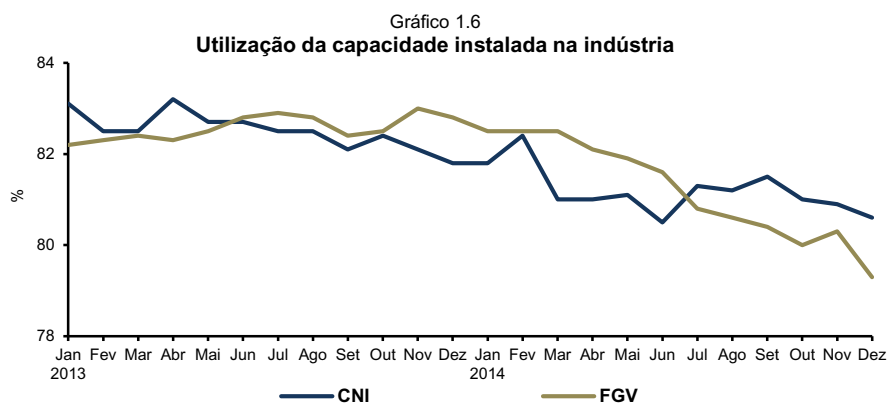
O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria atingiu 74,8% ao final do ano (79,2% em dezembro de 2014), considerados dados dessazonalizados. A média anual do indicador situou-se em 76,4% (81,2% em 2014). O pessoal ocupado assalariado na indústria diminuiu 6,2% em 2015 (-3,2% em 2014).

Quadro 1.10 – Utilização da capacidade instalada na indústria^{1/}

Percentual			
Discriminação	2013	2014	2015
Indústria de transformação	82,6	81,2	76,4
Bens de consumo finais	83,1	82,4	76,2
Bens de capital	83,5	80,7	71,2
Materiais de construção	84,2	83,2	80,4
Bens de consumo intermediários	81,8	80,0	76,2

Fonte: FGV

1/ Média do ano.



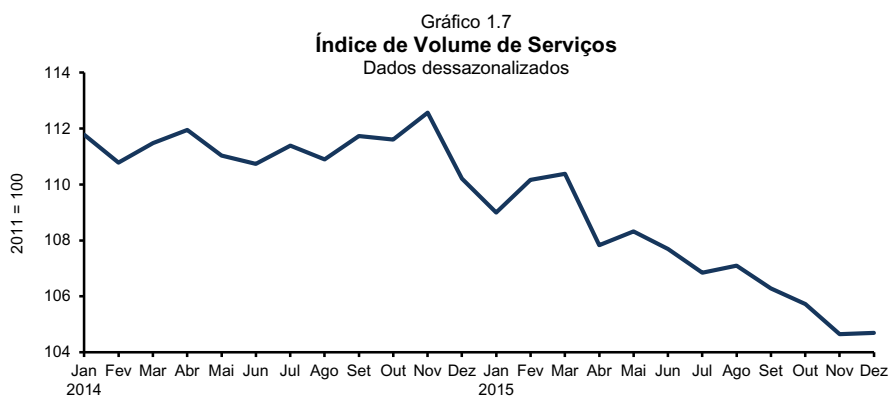
Fontes: CNI e FGV

O Índice de Confiança da Indústria (ICI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), recuou 13,5 pontos em 2015. Após situar-se em 73,5 pontos em agosto, menor patamar da série, iniciada em janeiro de 2001, o ICI apresentou relativa recuperação nos meses seguintes e atingiu 75,6 pontos em dezembro. A evolução anual do ICI repercutiu reduções respectivas de 13,3 pontos e 12,7 pontos nos componentes Situação Atual e Expectativas, que encerraram o ano em 74,8 pontos e 76,8 pontos, respectivamente.

O Índice de Confiança da Construção (ICST), medido pela FGV, diminuiu 17,9 pontos em 2015, resultado de recuos respectivos de 20,7 pontos e 14,6 pontos nos Índices de Situação Atual e de Expectativas.

Serviços

O volume do setor de serviços decresceu 3,6% em 2015, ante aumento de 2,5% em 2014 (outros serviços, -9,0%; transportes, serviços auxiliares ao transporte e correio, -6,1%). O volume associado ao segmento serviços de informação e comunicação registrou estabilidade, resultado mais favorável no ano.



Fonte: IBGE, BCB

O Índice de Confiança de Serviços (ICS), da FGV, situou-se em 68,4 pontos em dezembro de 2015. O recuo anual de 20,8% repercutiu decréscimos de 19,8% no Indicador de Situação Atual (ISA-S) e de 20,8% no Indicador de Expectativas (IE-S). O ICS se manteve em patamar abaixo da linha de indiferença de 100 pontos, sinalizando expectativas desfavoráveis do empresariado do setor.

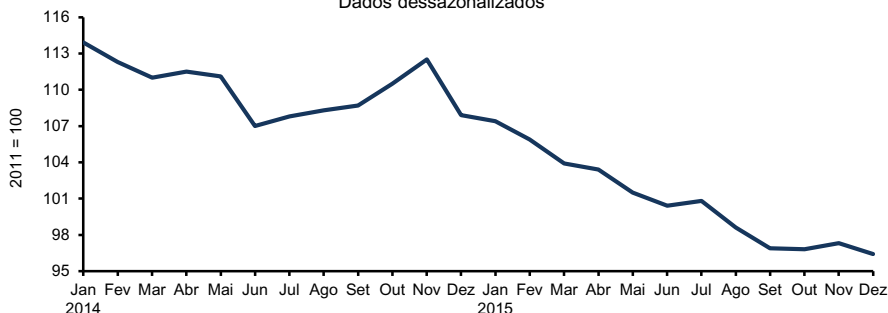
O Índice de Gerentes de Compras (PMI-Serviços)¹, relacionado ao quesito atividade de negócios, consistente com o menor dinamismo no setor, atingiu média de 44,3 pontos em 2015 (50,0 pontos em 2014, e 51,3 pontos em 2013).

Indicadores de comércio

Os indicadores da atividade varejista refletiram a redução do ritmo da atividade econômica, em ambiente de diminuição da renda das famílias, crédito mais restritivo e continuidade da deterioração da confiança do consumidor. Nesse cenário, de acordo com

a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE, as vendas do comércio ampliado recuaram 8,6% em 2015 (-1,7% em 2014) e as vendas no conceito restrito, que exclui os setores automobilístico e de material de construção, contraíram 4,3%, representando os desempenhos mais desfavoráveis das respectivas séries históricas. Houve recuos nas vendas em todos os segmentos considerados na PMC, excetuado o aumento de 3,0% nas de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria.

Gráfico 1.8
Índice de Volume de Vendas no Comércio – Ampliado
 Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

As vendas do comércio ampliado recuaram nas cinco regiões do país (Centro-Oeste, -11,9%; Sul, -10,7%) e em todas as 27 unidades da Federação (Espírito Santo, -16,2%; Goiás, -15,0%; Tocantins, -14,9%; Paraíba, -14,6%; Rio Grande do Sul, -13,2%).

A receita nominal de vendas do comércio ampliado recuou 1,9% em 2015, primeira redução na série histórica, iniciada em janeiro de 2003. Ocorreram variações de -8,6% no volume de vendas e de 7,4% nos preços. Destacaram-se as reduções nos segmentos veículos, partes e peças (14,1%); móveis e eletrodomésticos (11,9%); e livros, jornais, revista e papelaria (6,7%) e os aumentos nos relativos a artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (9,7%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (6,6%) e combustíveis e lubrificantes (5,4%), únicos com desempenhos positivos, mas inferiores à inflação anual de 10,67%, mensurada pelo IPCA, do IBGE.

A trajetória das vendas do setor automobilístico em 2015 refletiu o ambiente de continuidade da desaceleração nas concessões de crédito e elevação nas taxas de juros. Nesse cenário, de acordo com a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), as vendas de automóveis e comerciais leves nas concessionárias recuaram 25,6% no ano (-6,9% em 2014), enquanto as de autoveículos nacionais no mercado interno, divulgadas pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), decresceram 25,2% (-5,9% em 2014).

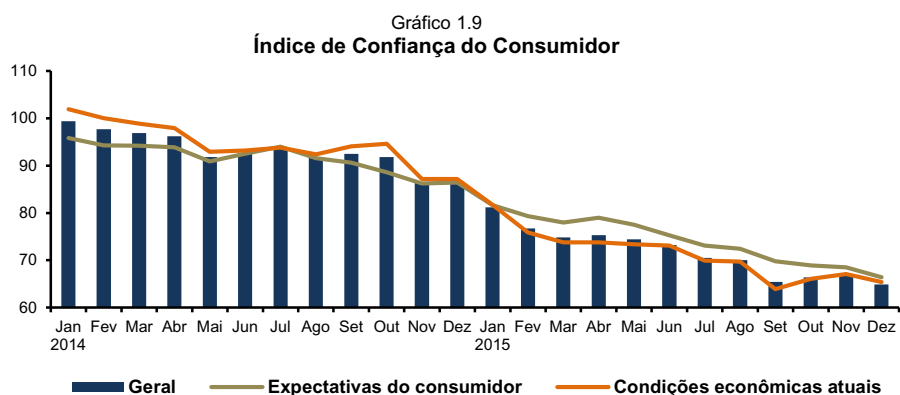
As vendas reais do setor supermercadista, segmento com peso aproximado de 30,0% na PMC, recuaram 1,9% em 2015 (aumento de 2,2% em 2014), configurando o primeiro recuo desde 2003, de acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

O indicador de inadimplência definido como a relação entre o número de cheques devolvidos por insuficiência de fundos e o total de cheques compensados atingiu, em média, 7,1% em 2015 (6,4% em 2014), com as maiores taxas ocorrendo no Nordeste (9,8%) e no Norte (8,5%).

Os indicadores de expectativas dos consumidores mantiveram-se em trajetória declinante em 2015. Nesse sentido, o Índice Nacional de Confiança (INC), elaborado pela Ipsos Public Affairs (Ipsos) para a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), decresceu 32,6% em 2015 (-1,8% em 2014). Houve retrações em todas as regiões: Nordeste (22,8%); Sudeste (35,1%); Norte/Centro-Oeste (35,9%); e Sul (43,6%).

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), da FGV, recuou 22,4% em 2015 (-8,7% em 2014), reflexo de reduções de 18,7% no ISA e de 23,5% no IE. O pessimismo foi mais acentuado entre os consumidores de renda mais baixa e nos quesitos relacionados à situação da economia local e emprego.

O Índice Nacional de Confiança do Consumidor (Inec), divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), diminuiu 9,9% em 2015 (-2,2% em 2014), com ênfase na deterioração da confiança em relação à situação financeira e às expectativas de renda pessoal.



Indicadores de produção agropecuária

A colheita de cereais, leguminosas e oleaginosas atingiu 209,4 milhões de toneladas em 2015 de acordo com o IBGE. O aumento de 7,6% em relação a 2014 refletiu aumentos

de 1,5% na área colhida e de 5,6% na produtividade. As culturas de arroz, milho e soja representaram, em conjunto, 93,1% da safra de grãos no ano, concentrada nos estados de Mato Grosso (24,9% do total), Paraná (18%) e Rio Grande do Sul (15,2%).

Quadro 1.11 – Produção agrícola – Principais culturas

Milhões de toneladas

Produtos	2014	2015
Grãos	194,6	209,5
Algodão herbáceo (caroço)	2,6	2,5
Arroz (em casca)	12,2	12,3
Feijão	3,3	3,1
Milho	79,9	85,7
Soja	86,8	97,0
Trigo	6,3	5,4
Outros	3,6	3,4
Variação da safra de grãos (%)	3,4	7,7
Outras culturas		
Banana	7,0	7,0
Batata-inglesa	3,7	3,7
Cacau (amêndoas)	0,3	0,3
Café (beneficiado)	2,8	2,6
Cana-de-açúcar	737,2	754,9
Fumo (em folhas)	0,9	0,9
Laranja	16,9	16,3
Mandioca	23,2	22,8
Tomate	4,3	3,7

Fonte: IBGE

A safra de soja, favorecida por condições climáticas favoráveis, atingiu o recorde de 97,2 milhões de toneladas em 2015. O crescimento anual de 12,0% repercutiu elevações de 5,4% no rendimento médio e de 6,1 % na área plantada.

A produção de arroz totalizou 12,3 milhões de toneladas de grãos em 2015, com crescimento anual de 1,0%. Houve expansão de 10,4% no rendimento médio e declínio

Quadro 1.12 – Produção agrícola, área colhida e rendimento médio – Principais culturas

Variação percentual

Produtos	Produção		Área		Rendimento médio	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Grãos	3,4	7,7	7,3	1,8	-3,7	5,8
Algodão herbáceo (caroço)	24,4	-2,7	20,3	-6,6	3,5	4,2
Arroz (em casca)	3,5	1,1	-0,3	-8,4	3,9	10,4
Feijão	12,2	-5,7	12,5	-8,8	-0,3	3,4
Milho	-0,8	7,3	0,7	0,8	-1,6	6,4
Soja	6,2	11,9	8,6	6,1	-2,3	5,4
Trigo	9,5	-13,4	28,3	-13,1	-14,6	-0,3

Fonte: IBGE

de 8,6% na área plantada. A produção do Rio Grande do Sul, com participação de 70,6% no total, aumentou 5,3% no ano.

A safra de milho somou 85,5 milhões de toneladas. O aumento anual de 7,1% repercutiu aumentos de 6,4% na produtividade média e de 0,5% na área colhida. A primeira safra atingiu 29,3 milhões de toneladas e a segunda, 56,2 milhões de toneladas (variações anuais respectivas de -5,4% e 14,9%).

A colheita de feijão totalizou 3,1 milhões de toneladas em 2015, recuando 5,3% no ano. Ocorreram variações de 3,4% na produtividade média e de -8,4% na área colhida. A primeira safra (44,4% do total) diminuiu 1,5%, refletindo a estiagem no Nordeste; a segunda, 8,7%; e a terceira safra, 6,1%, impactada pelo reduzido volume pluviométrico no Sudeste.

A safra de caroço de algodão herbáceo atingiu 2,5 milhões de toneladas, recuando 3,2% em relação a 2014. O resultado repercutiu variação de -7,3% na área colhida e de 4,2% no rendimento médio.

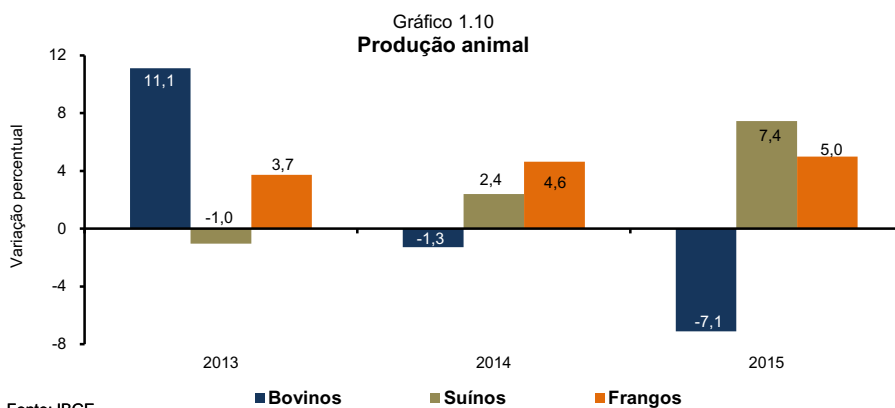
A produção de trigo totalizou 5,4 milhões de toneladas em 2015. O decréscimo anual de 14,3% decorreu de contrações de 14,8% na área colhida e de 0,3% no rendimento médio. A produção do Paraná, principal estado produtor, representou 61,5% do total colhido em 2015.

A safra de cana-de-açúcar atingiu 750,1 milhões de toneladas, ressaltando-se que a elevação anual de 1,8% foi condicionada, em especial, pela expansão de 4,5% na produtividade média.

A colheita de café, em ciclo bianual de baixa produtividade, totalizou 2,7 milhões de toneladas em 2015, retraindo 5,5% no ano. O resultado, impactado adicionalmente por adversidades climáticas no Sudeste, repercutiu reduções anuais respectivas de 0,8% e 4,8% na área colhida e no rendimento médio.

Pecuária

As produções de carnes de aves, bovinas e suínas atingiram – de acordo com a pesquisa trimestral de abate de animais, divulgada pelo IBGE – 13,1 milhões, 7,5 milhões e 3,4 milhões de toneladas, respectivamente, em 2015, variando, na ordem, 5,0%, -7,1% e 7,4% no ano. As respectivas exportações variaram, na ordem, 6,6%, -12,1% e 13%, no período.



Política agrícola

O Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015, divulgado, em maio, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), disponibilizou linhas de crédito de R\$216,6 bilhões (elevação anual de 20,3%), das quais R\$187,7 bilhões (86,7%) destinados à agricultura comercial e R\$28,9 bilhões à agricultura familiar.

Dentre os recursos absorvidos pela agricultura comercial, R\$149,5 bilhões foram direcionados para custeio e comercialização, sendo R\$94,5 bilhões a taxas de juros controladas (de 7,75% a.a. a 10,5% a.a.) e R\$55 bilhões a taxas de juros livres, significando elevações anuais respectivas de 33,5%, 6,2% e 139,1%. As linhas de crédito para investimento somaram R\$38,2 bilhões (contração anual de 13,4%), dos quais R\$27,9 bilhões sob o amparo do BNDES e do Banco do Brasil, a taxas de juros controladas.

Produtividade

A produtividade do trabalho industrial – razão entre o índice de produção física do setor e o indicador do número de horas pagas ao pessoal ocupado assalariado na produção fabril, ambos divulgados pelo IBGE – recuou 1,6% em 2015 (aumentos de 0,9% em 2014 e de 3,4% em 2013). A retração repercutiu variações de 8,6% na produtividade da indústria extrativa e de -3,3% na da indústria transformação.

A produtividade média do setor agrícola – razão entre a produção de grãos, cereais e leguminosas e a área colhida – cresceu 5,8% em 2015. A produção, as importações e a demanda total por fertilizantes variaram, na ordem, 3,4%, -12,3% e -6,2% no ano, conforme a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda). As vendas de máquinas

agrícolas no mercado interno diminuíram 34,4% em 2015, de acordo com a Anfavea (tratores de esteiras, -54,5%; retroescavadeiras, -45,7%; colheitadeiras, -39,3%).

Energia

A produção de petróleo, incluindo líquidos de gás natural (LGN) cresceu 7,7% em 2015 (11,0% em 2014), segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A produção média atingiu 2,527 milhões de barris/dia (mbd) (2,346 mbd em 2014), registrando o maior patamar em agosto (2,641 mbd) e o menor, em novembro (2,457 mbd). A produção de gás natural aumentou 10,1% em 2015, atingindo média de 0,605 mbd.

O total de óleo processado nas refinarias recuou 6,8% em 2015, atingindo média de 1,925 mbd. As importações de petróleo decresceram 17,9% no ano (média de 0,324 mbd) e as exportações aumentaram 42,0% (média de 0,737 mbd).

O consumo de derivados de petróleo no mercado interno diminuiu 6,2% em 2015 (óleo combustível, -20,4%; gasolina, -9,2%; óleo diesel, -4,7%; gás liquefeito de petróleo (GLP), -1,4%; demais derivados, -1,7%). O consumo de álcool aumentou 19,5%, resultado

Quadro 1.13 – Consumo aparente de derivados de petróleo e álcool carburante

Média diária (1.000 b/d)

Discriminação	2012	2013	2014
Petróleo	1 923	1 994	2 077
Óleos combustíveis	68	86	107
Gasolina	546	546	573
Óleo diesel	961	1 008	1 035
Gás liquefeito	222	229	232
Demais derivados	127	126	130
Álcool carburante	306	369	415
Anidro	136	167	191
Hidratado	169	203	224

Fonte: ANP

de variações de 37,5% nas vendas de álcool hidratado e de -1,5% nas de álcool anidro.

O consumo nacional de energia elétrica decresceu 2,1% em 2015, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), empresa pública federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). O resultado repercutiu variações no consumo dos segmentos industrial (-5,3%), residencial (-0,7%), outros, que inclui iluminação pública, serviços e poderes públicos e o setor rural (-0,2%) e comercial (0,6%).

Quadro 1.14 – Consumo de energia elétrica^{1/}

GWh

Discriminação	2013	2014	2015
Total	463 134	474 823	464 682
Por setores			
Comercial	83 704	89 840	90 383
Residencial	124 908	132 302	131 315
Industrial	184 685	179 106	169 574
Outros	69 838	73 575	73 411

Fonte: EPE

1/ Não inclui autoprodutores.

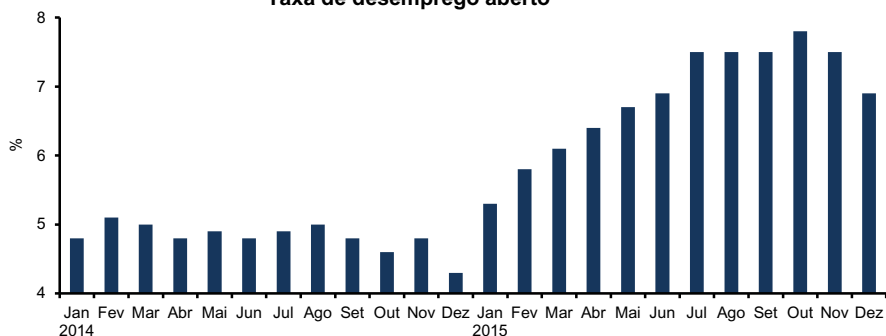
O consumo de energia elétrica diminuiu 3,3% no Sul e no Sudeste, e 0,9% no Nordeste e cresceu 3,3% no Norte e 0,8% no Centro-Oeste.

Indicadores de emprego

Os indicadores de emprego em 2015 evidenciaram o aprofundamento do processo de distensão do mercado de trabalho, expresso em aumento da taxa de desemprego, recuo da participação do emprego formal e moderação do crescimento dos rendimentos do trabalho.

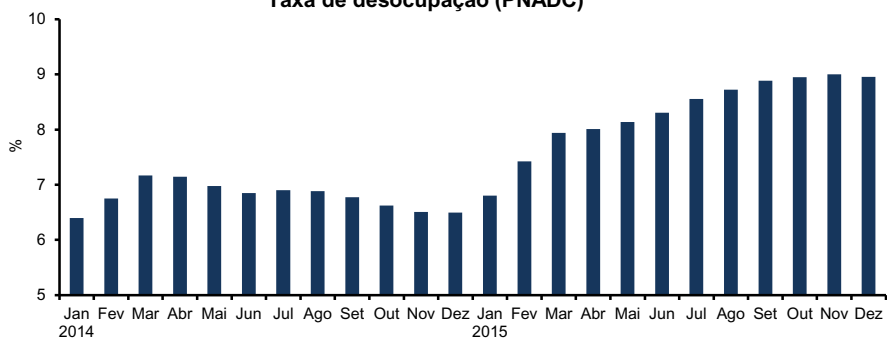
A taxa de desemprego atingiu 6,8% em 2015 (4,8% em 2014), segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, que abrange as seis principais regiões metropolitanas brasileiras. Houve aumento de 0,6% na população economicamente ativa (PEA) e redução de 1,6% no pessoal ocupado (PO). No mesmo sentido, a PNAD-Contínua do IBGE, com abrangência nacional, indicou aumento na taxa de desemprego, que passou de 6,8%, em dezembro de 2014, para 8,5%, em dezembro de 2015.

Gráfico 1.11
Taxa de desemprego aberto



Fonte: IBGE (PME)

Gráfico 1.12
Taxa de desocupação (PNADC)



Fonte: IBGE

A economia brasileira eliminou 1,6 milhão de empregos formais em 2015 (criação de 153 mil em 2014), de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Houve cortes de vagas em todas as atividades: indústria de transformação (606,1 mil), construção civil (414,1 mil), serviços (317,4 mil) e comércio (246,4). Nesse cenário, a formalização do mercado de trabalho – expressa pela razão entre as médias anuais do número de empregados

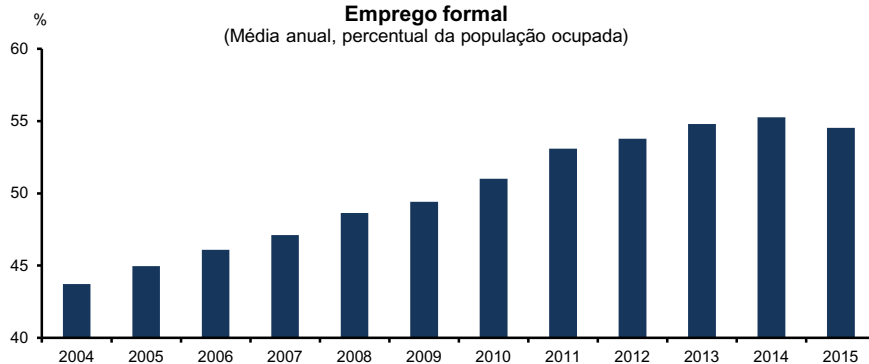
Quadro 1.15 – Emprego formal – Admissões líquidas

Em mil

Discriminação	2013	2014	2015
Total	730,7	152,7	-1.625,6
Por setores			
Indústria extrativa mineral	1,7	-2,8	-14,0
Indústria de transformação	83,6	-186,5	-606,1
Serviços industriais de utilidade pública	5,4	4,2	-8,4
Construção civil	35,1	-145,3	-414,1
Comércio	208,0	124,8	-246,4
Serviços	408,9	373,1	-317,4
Administração Pública	17,3	6,1	-13,2
Agropecuária	-29,3	-20,9	-5,9

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Gráfico 1.13
Emprego formal
(Média anual, percentual da população ocupada)



com carteira de trabalho e da população ocupada – recuou 0,7 p.p., para 54,5%, no ano, segundo a PME.

Indicadores de salários e rendimentos

O rendimento médio real habitual recebido no trabalho principal nas seis regiões metropolitanas da PME diminuiu 3,7% em 2015 (aumento de 2,7% em 2014). Houve reduções em todas as categorias de posição na ocupação: empregadores (6,2%), autônomos (4,1%), empregados no setor privado (3,4%) e empregados no setor público, excluindo empregos domésticos (1,6%). Da mesma forma, ocorreram recuos reais dos rendimentos em todas as atividades, destacando-se os registrados no comércio (5,6%), na construção (5,2%), nos serviços (5,1%) e na indústria (4,2%). A massa salarial real, produto do pessoal ocupado pelo rendimento médio real, recuou 5,2% no ano (expansão de 2,6% em 2014).

Considerados dados da PNAD Contínua, de âmbito nacional, o rendimento real habitual recebido no trabalho principal diminuiu 0,4% em 2015 (aumento de 1,2% em 2014). Por posição na ocupação, houve recuo nos rendimentos reais dos trabalhadores por conta própria (3,4%), dos empregadores (1,5%) e dos empregados no setor privado sem carteira, excluindo domésticos (0,8%), e elevações nos rendimentos reais dos empregados no setor privado com carteira (0,4%) e dos servidores públicos (0,3%). Por atividade, destacaram-se o recuo nos rendimentos reais na construção civil (3,1%)

Quadro 1.16 – Rendimento médio habitual das pessoas ocupadas, Brasil – 2015

Variação percentual

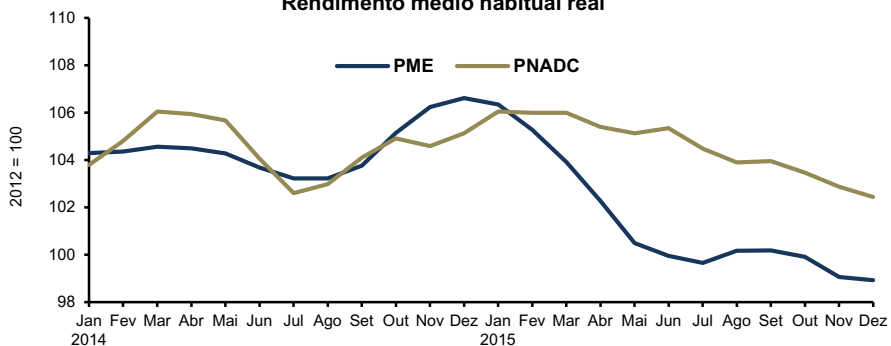
Discriminação	Nominal	Real ^{1/}
Ocupação total	8,6	-0,4
Empregados	9,6	0,5
Setor privado	9,3	0,2
Com carteira	9,5	0,4
Sem carteira	8,3	-0,8
Setor público	9,4	0,3
Conta própria	5,4	-3,4
Empregadores	7,4	-1,5

Fonte: IBGE/PNAD Contínua

1/ Deflacionado pelo IPCA.

e os aumentos na indústria (1,3%) e na administração pública (1,9%). A massa salarial real habitual recebida por todos os trabalhos das pessoas ocupadas recuou 0,2% em 2015, ante expansão de 2,9% no ano anterior.

Gráfico 1.14
Rendimento médio habitual real



Fonte: IBGE

Indicadores de preços

Os índices de preços ao consumidor aceleraram em 2015 refletindo aceleração dos preços livres e, em especial, dos monitorados³. Ressalte-se que o processo de aumento nos preços monitorados foi condicionado pelo realinhamento, iniciado a partir de novembro de 2014, dos preços de componentes relevantes no segmento. O índice de preços ao produtor, condicionado pela depreciação cambial, também acelerou no ano.

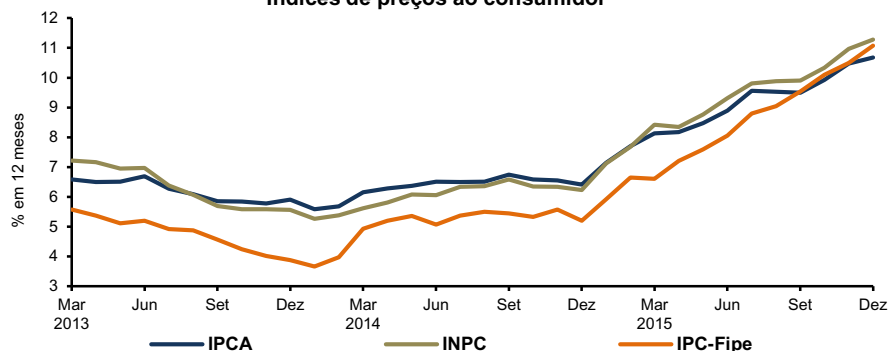
Índices gerais de preços

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela FGV, variou 10,70% em 2015 (3,78% em 2014). O indicador agrega o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), com pesos respectivos de 60,0%, 30,0% e 10,0%.

O IPA variou 11,31% no ano (2,15% em 2014), resultado de elevações anuais respectivas de 15,62% e 9,65% nos preços dos produtos agrícolas e dos produtos industriais (4,40% e 1,32%, na ordem, em 2014). O IPC variou 10,53% e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), 7,48% (6,87% e 6,95%, respectivamente, em 2014).

^{3/} Entende-se por preços monitorados aqueles que são direta ou indiretamente determinados pelos governos federal, estadual ou municipal. Em alguns casos, os reajustes são estabelecidos por contratos entre produtores/fornecedores e as agências de regulação correspondentes, como nos casos de energia elétrica e de telefonia fixa.

Gráfico 1.15
Índices de preços ao consumidor



Fonte: IBGE e Fipe

Índices de preços ao consumidor

O IPCA – que considera a cesta de consumo de famílias com rendimento mensal de um a 40 salários mínimos – registrou aumento de 10,67% em 2015 (6,41% em 2014). As variações dos preços livres e dos monitorados atingiram 8,51% e 18,07%, respectivamente (6,72% e 5,32%, na ordem, em 2014), ressaltando-se, no último segmento, o impacto das elevações de preços dos itens energia elétrica, gasolina, ônibus urbano, taxa de água e esgoto, gás de botijão e planos de saúde.

A aceleração nos preços livres repercutiu aumentos nas variações dos preços dos bens não comercializáveis, de 7,43% para 8,67% (tubérculos, raízes e legumes, de 4,93% para 40,90%; frutas, de 6,40% para 15,21%), e dos comercializáveis, de 5,94% para 8,29% (etanol, de 1,96% para 29,63%; açúcares e derivados, de 4,03% para 20,52%; leite e derivados, de 1,08% para 7,22%; panificados, de 5,41% para 10,64%).

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE, que considera a cesta de consumo de famílias com rendimento mensal de um a seis salários mínimos, aumentou 11,27% em 2015, ante 6,23% em 2014. O IPC calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe⁴) variou 11,07%, ante 5,20% em 2014.

4/ Para famílias com rendimento entre um e vinte salários mínimos na cidade de São Paulo.

Quadro 1.17 – Participação de itens no IPCA em 2015

Variação percentual

Itens	IPCA				
	Pesos ^{1/}	Variação acumulada em 2014	Variação acumulada em 2015	Contribuição acumulada em 2015	Participação no índice ^{2/}
IPCA	100,00	6,41	10,67	10,67	100,00
Alimentação fora do domicílio	8,77	9,79	10,37	0,91	8,52
Aluguel residencial	4,07	9,35	7,81	0,32	2,98
Empregado doméstico	4,05	10,53	8,36	0,34	3,17
Alimentos <i>in natura</i>	2,25	5,45	24,46	0,55	5,16
Cursos regulares	2,97	8,87	9,17	0,27	2,56
Recreação	3,06	6,04	11,67	0,36	3,34
Cigarro	1,03	7,20	8,21	0,08	0,79
Arroz	0,58	8,62	9,66	0,06	0,52
Mão de obra	1,47	10,02	6,96	0,10	0,96
Panificados	1,95	5,41	10,64	0,21	1,94
TV, som e informática	0,65	-5,54	4,07	0,03	0,25
Automóvel usado	1,16	-2,11	-2,46	-0,03	-0,27
Automóvel novo	3,09	4,63	4,84	0,15	1,40

Fonte: IBGE

1/ Média de 2015.

2/ Corresponde à divisão da contribuição acumulada no ano pela variação anual.

Quadro 1.18 – Participação dos grupos no IPCA em 2015

Variação percentual

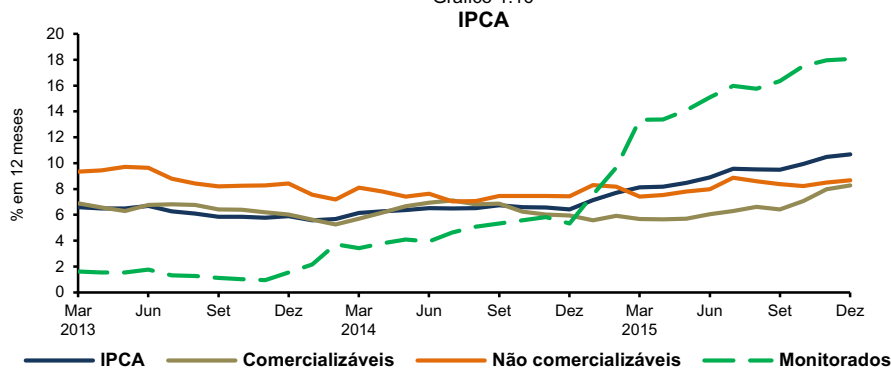
Grupos	IPCA				
	Pesos ^{1/}	Variação acumulada em 2014	Variação acumulada em 2015	Contribuição acumulada em 2015	Participação no índice ^{2/}
IPCA	100,00	6,41	10,67	10,67	100,00
Alimentação e bebidas	24,97	8,03	12,01	3,00	28,10
Habitação	15,48	8,80	18,34	2,84	26,59
Artigos de residência	4,37	5,50	5,38	0,24	2,20
Vestuário	6,21	3,65	4,47	0,28	2,60
Transportes	18,44	3,76	10,17	1,87	17,56
Saúde e cuidados pessoais	11,18	6,97	9,20	1,03	9,64
Despesas pessoais	10,72	8,31	9,51	1,02	9,55
Educação	4,64	8,45	9,25	0,43	4,02
Comunicação	3,99	-1,51	2,10	0,08	0,78

Fonte: IBGE

1/ Média de 2015.

2/ Corresponde à divisão da contribuição acumulada no ano pela variação anual.

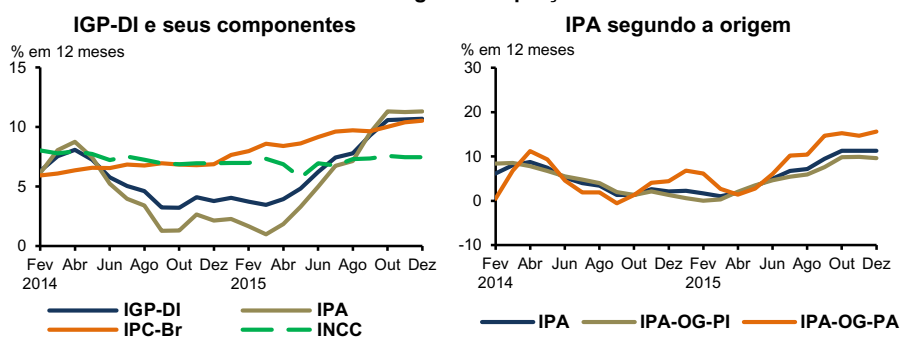
Gráfico 1.16



Fonte: IBGE

Gráfico 1.17

Índices gerais de preços



Fonte: FGV

Preços monitorados

A variação dos preços monitorados atingiu 18,07% em 2015, respondendo por 4,38 p.p. da variação total do IPCA no ano. Destacaram-se os aumentos nos itens energia elétrica residencial (51,0%), gás de botijão (22,6%), gasolina (20,1%), ônibus urbano (15,1%), taxa de água e esgoto (14,8%), plano de saúde (12,2%) e remédios (6,9%).

A elevação nos preços do item planos de saúde – regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) – exerceu impacto de 0,40 p.p. sobre o IPCA no ano, e a registrada nas tarifas de ônibus urbano, de 0,39 p.p. Os maiores reajustes neste item ocorreram em Brasília (33,33%), Fortaleza (25,00%), e Belo Horizonte (18,88%).

O aumento de 14,8% no item taxa de água e esgoto contribuiu com 0,22 p.p. para a variação do IPCA de 2015. Destacaram-se as elevações em Goiânia (23,1%), Campo Grande (22,45%), Curitiba (21,49%) e São Paulo (19,73%).

A média ponderada dos reajustes das tarifas de energia elétrica nas treze regiões abrangidas pelo IPCA atingiu 51,0%, contribuindo com 2,06 p.p. para a variação anual

Quadro 1.19 – Principais itens do grupo monitorados na composição do IPCA em 2015

Variação percentual

Discriminação	IPCA			
	Pesos ^{1/}	Variação acumulada em 2014	Variação acumulada em 2015	Contribuição acumulada em 2015
Índice (A)	100,00	6,41	10,67	10,67
Preços livres	76,18	6,72	8,51	6,48
Preços monitorados	23,87	5,32	18,07	4,31
Itens monitorados – Selecionados				
Plano de Saúde	3,26	9,46	12,16	0,40
Gasolina	3,90	2,89	20,10	0,78
Produtos farmacêuticos	3,30	4,94	6,90	0,23
Taxa de água e esgoto	1,42	-2,70	14,76	0,21
Gás de botijão	1,12	4,86	22,55	0,25
Energia elétrica residencial	3,77	17,06	50,99	1,92
Ônibus urbano	2,58	3,86	15,09	0,39

Fonte: IBGE

1/ Média de 2015.

do IPCA. As maiores variações ocorreram em São Paulo (70,97%), Curitiba (69,22%), Brasília (56,43%) e Goiânia (52,84%).

Os preços da gasolina variaram 20,1% em 2015 (2,88% em 2014), com o menor reajuste ocorrendo em Campo Grande (10,89%) e o maior, em Recife (27,13%).

Núcleos

Os índices de núcleos de inflação do IPCA calculados pelo Banco Central apresentaram aceleração anual em 2015. Nesse sentido, a variação anual do núcleo por exclusão, que exclui as variações dos preços de dez itens⁵ do subgrupo alimentação no domicílio e dos itens combustíveis domésticos e veículos, atingiu 9,45% (6,45% em 2014), seguindo-se as elevações nos núcleos por médias aparadas com suavização e de dupla ponderação⁶, ambas de 8,86% (6,25% e 6,40%, na ordem, no ano anterior); no núcleo por médias aparadas sem suavização, 7,86% (5,86% em 2014); e no núcleo que exclui os preços da alimentação no domicílio e os monitorados, 7,34% (6,64% no ano anterior).

5/ Os dez itens são: Tubérculos, raízes e legumes; Cereais, leguminosas e oleaginosas; Hortaliças e verduras; Frutas; Carnes; Pescados; Açúcares e derivados; Leites e derivados; Aves e ovos; e Óleos e gorduras.

6/ Este núcleo é calculado reponderando-se os pesos originais – baseados na importância de cada item para a cesta do IPCA – pelos respectivos graus de volatilidade relativa, resultando em menor representatividade para o comportamento dos componentes mais voláteis.

Quadro 1.20 – Preços ao consumidor e seus núcleos em 2015

Variação percentual

Discriminação	2014	2015		
		1º sem	2º sem	No ano
IPCA (cheio)	6,41	6,17	4,24	10,67
Exclusão	6,45	5,79	3,45	9,44
Exclusão sem alimentos no domicílio e monitorados	6,64	3,78	3,42	7,32
Médias aparadas com suavização	6,25	4,54	4,14	8,87
Médias aparadas sem suavização	5,86	4,26	3,46	7,87
Dupla ponderação	6,40	4,70	3,98	8,87
IPC-Br	6,87	6,42	3,87	10,53
Núcleo IPC-Br	6,18	4,34	3,88	8,39

Fontes: IBGE e FGV

A variação do núcleo do IPC, calculado pela FGV pelo método de médias aparadas com suavização, passou de 6,18%, em 2014, para 8,39%, em 2015. O índice cheio variou 10,53% no ano.